ÍNDICE

CAPÍTULO I

n	ĭ	R	F	ıΤ	0	т	RI	R	117	ΓÁ	RI	0
v		1.	L.		v		7.	v	•			

1. Conceito e autonomia	13
2. Origem do Código Tributário Nacional	14
3. Conceito de tributos	16
4. Receitas públicas	17
5. Função dos tributos	18
CAPÍTULO II SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	
SISTEMA IRIBUTARIO NACIONAL	
Princípios constitucionais tributários	21
2. Princípio da legalidade (leis complementares, ordinárias e delegadas)	22
2.1 Exceções ao princípio da legalidade	
3. Medidas provisórias	47
4. Princípio da irretroatividade	49
5. Princípio da anterioridade de exercício financeiro	51
6. Princípio da anterioridade minima de 90 días	54
7. Medidas provisórias e os princípios da anterioridade de exercício financeiro	
e mínima de 90 dias	56
3. Exceções à anterioridade de exercício financeiro e mínima de 90 dias	57
9. Princípio da anterioridade especial	60
10. Vedação de confisco	63
11. Pincípio da isonomia	65
12. Frincípio da capacidade contributiva	68
13. Princípio da uniformidade	7 l
14. Princípio da não-cumulativiJade	73
15 Princípio da progressividade	89
16. Princípio da liberdade de tráfego	93



CAPÍTULO III

			,
COMP	ETENCIA	TRIBI	ITARIA

1. Conceito	95
2. Competência privativa, residual e comum	97
CAPÍTULO IV	
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	
1. Classificação	[03
2. Impostos	107
2.1. Classificação dos impostos	108
2.2. Principio da não-afetação da recita de impostos	110
3. Taxas	112
4. Empréstimos compulsórios	124
5. Contribuição de melhoria	125
6. Contribuições Sociais	127
6.1. As contribuições sociais gerais	132
6.2. Contribuições para a Seguridade Social	135
6.3. As contribuições de intervenção no domínio	136
6.4. As contribuições no interesse de categorias profissionais ou econômicas	137
6.5. Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	140
6.6. Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	143
CAPÍTULO V	
IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	
1. Conceito	145
2. Generalidades	147
3. Imunidade recíproca	149
4. Imunidade das autarquias e fundações públicas	150
5. Imunidade dos templos de qualquer culto	153
6. Imunidade dos partidos políticos e suas fundações	155
7. 1munidade das entidades sindicais de trabalhadores	I 56
8. Imunidade das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos	157



9. Requisitos legais para fruição das imunidades	161
10. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressã	šo166
11. Imunidade das contribuições previdenciárias	170
12. Outras imunidades	175
CAPÍTULO VI	
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO	
Fontes do Direito Tributário e vigência da legislação tributária	187
2. Tratados	191
3. Aplicação e retroatividade	195
4. Interpretação e integração da legislação tributária	199
CAPÍTULO VII	
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	
1. Conceito	225
2. Fato gerador	226
Obrigação tributária principal e acessória	231
4. Sujeito ativo	241
5. Sujeito passivo	246
6. Substituto legal tributário	247
7. Solidariedade	258
8. Capacidade tributária	260
9. Domicílio tributário	261
CAPÍTULO VIII	
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	
1. Generalidades	263
2. Responsabilidade do adquirente de bens imóveis	264
3. Responsabilidade por sucessão de pessoa física	266
4. Responsabilidade por sucessão de pessoa jurídica	267



5. Responsabilidade por sucessão comercial.	269
6. Responsabilidade de terceiros.	272
7. Responsabilidade pessoal	273
8. Responsabilidade por infrações	277
9. Denúncia espontânea	279
CAPÍTULO IX	
CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
I. Lançamento	
2. Lançamento por declaração	
3. Lançamento de ofício	
4. Lançamento por homologação	294
5. Alteração do lançamento	300
6. Limites à revisão do lançamento	304
7. Decadência	305
CAPÍTILLO V	
CAPÍTULO X	
SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	21.5
I. Generalidades	
2. Moratória e parcelamento	
3. Depósito	
4. Reclamações e recursos administrativos	
5. Liminar no mandado de segurança	
6. Liminar ou tutela antecipada em outras ações	331
CAPÍTULO XI	
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
1. Generalidades	333
2. Pagamento antecipado e homologação do lançamento	334
3. Pagamento	335
4. Imputação de pagamento	338
5. Pagamento indevido	340



5.1 Restituição de tributos indiretos	342
5.2 Parte legítima para postular a restituição	344
5.3 Devolução do tributo e acessórios	345
5.4 Atualização monetária e juros na restituição	346
5.5 Prazo para restituição	347
5.6 Execução da sentença na restituição do indébito	356
5.7 Honorários advocatícios na execução da sentença	358
6. Compensação	359
7. Consignação em pagamento	366
8. Transação	369
9. Remissão.	369
10. Conversão do depósito em renda	371
11. Decadência e Prescrição	371
12. Decisão judicial passada em julgado	376
13. Decisão administrativa irreformável	376
14. Dação em pagamento em bens imóveis	379
CAPÍTULO XII	
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
1. Generalidades	379
2. Isenção	380
3. Anistia	392
CAPÍTULO XIII	
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
1. Generalidades	395
2. Ação de depósito	396
3. Medida cautelar fiscal	396
4. Arrolamento de bens	398
5 Preferências e privilégios	400



CAPÍTULO XIV

	~		,
ADMINICTO	ACAO	TOIDI	TADIA
ADMINISTR	AL AU	IKIBU	IAKIA

1. Fiscalização tributária	415
2. Sigilo bancário	426
3. Sigilo fiscal	431
4. Dívida ativa	433
5. Inscrição em dívida ativa	433
CAPÍTULO XV CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO	
	439
CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO	
CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO 1. Generalidades	440

